

COLABOR

LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA O TRABALHO,
EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL

N.º 5/ABR 2024

NÚMEROS EM ANÁLISE COLABOR

FREDERICO CANTANTE

Emprego, produtividade e salários: uma perspetiva setorial



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

EMPREGO, PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS: UMA PERSPETIVA SETORIAL

CITE ESTE DOCUMENTO COMO:

Cantante, F. (2023). *Emprego, produtividade e salários: uma perspetiva setorial*.

Números em Análise, N.º 5, CoLABOR. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10694356>

DOI: 10.5281/ZENODO.10694356

AUTOR

Frederico Cantante

COLABOR

Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social

Rua das Taipas, n.º 1 - 1250-264 Lisboa

LAYOUT GRÁFICO, DESIGN E PAGINAÇÃO

André Luz . www.andreluzdesign.com

DATA DE PUBLICAÇÃO abril 24'



COLABOR

LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA O TRABALHO,
EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL

Índice

RESUMO/ABSTRACT	1
<hr/>	
1. Sumário executivo	2
<hr/>	
2. Introdução	6
<hr/>	
3. Fontes, conceitos e período de análise	7
<hr/>	
4. A recomposição setorial do emprego em Portugal	9
4.1 A distribuição setorial do emprego em perspetiva comparada	9
4.2 Recomposições setoriais diferenciadas	11
<hr/>	
5. Emprego e produtividade: uma análise setorial	15
5.1 A produtividade setorial em perspetiva comparada	16
5.2 A evolução setorial da produtividade em Portugal	19
5.3 O emprego e a produtividade setorial em 2022	23
5.4 A evolução do emprego e sua relação com a produtividade setorial	26
<hr/>	
6. A evolução setorial dos salários e da produtividade no pós-Grande Recessão	31
<hr/>	
7. Reflexões finais	36

Resumo

Este estudo analisa de forma articulada a evolução do emprego, da produtividade e dos salários em Portugal a partir de uma perspetiva setorial e comparada. Demonstra-se que a crescente terceirização do emprego tem sido impulsionada por alguns setores que se caracterizam por apresentar baixos níveis de produtividade e salários inferiores à média nacional. Analisa-se também a evolução da produtividade para o conjunto da economia e a nível setorial. Se para o período 2004-2022 o crescimento real da produtividade é quase marginal (3,6%), entre 2013-2022 verifica-se um aumento de quase 19%. Esse aumento ocorre em setores com perfis salariais e de produtividade diferenciados. Entre 2013 e 2022, a produtividade média real evoluiu quase sempre acima do salário médio real, sendo esse hiato particularmente evidente no setor do Alojamento, restauração e similares (I), das Atividades imobiliárias (L), da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) e do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G).

Palavras-chave: Emprego, pessoal ao serviço remunerado, empresas, produtividade, ganho, atividades económicas, Portugal, União Europeia.

Abstract

This study analyzes the evolution of employment, productivity and wages in Portugal from a sectoral and comparative perspective. It shows that the growing employment in the services sector has been driven by certain economic activities which are characterized by low levels of productivity and wages below the national average. The evolution of productivity for the economy as a whole and at sectoral level is also analyzed. While for the period 2004-2022 productivity growth at constant prices was almost marginal (3.6%), between 2013-2022 there was an increase of almost 19%. This increase occurs in sectors with different wage and productivity profiles. Between 2013 and 2022, real average productivity evolved above real average wages, with this gap being particularly evident in the Accommodation, food service and similar (I), Real estate (L), Agriculture, hunting, forestry and fishing (A) and Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles and motorcycles (G) sectors.

Keywords: Employment, paid employed persons, enterprises, productivity, wages, earnings, economic activities, Portugal, European Union.

1. Sumário executivo

Este estudo tem como objetivo analisar as grandes tendências da evolução do emprego, da produtividade e dos salários, através da interseção destas três dimensões e tendo como referência as múltiplas realidades setoriais e subsetoriais, mas também comparando o contexto português com o da UE-27.

O número de pessoas ao serviço remuneradas nas empresas, em 2022, era superior ao observado, em 2004, em cerca de meio milhão (3,41 milhões para 2,91 milhões de trabalhadores). E, comparando os anos de 2013 e 2022, essa diferença era de cerca de 832 mil (2,58 milhões de trabalhadores em 2013). Em termos agregados, entre 2004 e 2022, o emprego na economia portuguesa concentrou-se ainda mais no setor terciário (de 55,8% para 64,7%). Os contributos mais pronunciados para o aumento do emprego na área dos serviços tiveram lugar no setor do Alojamento, restauração e similares (I), das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), das Atividades de informação e de comunicação (J) e das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M). É precisamente em alguns destes setores, em particular no I e no N, que Portugal regista um nível relativo de emprego acima do apurado nos países da UE-27.

Quando se correlacionam as tendências de evolução do emprego entre 2013 e 2022 com o perfil de produtividade, por atividade económica, chega-se às seguintes conclusões:

- existe um contributo acentuado de atividades económicas com baixa produtividade para a criação líquida de emprego (setores N, I e F) – juntas representam 35% desse aumento;
- o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M) e as Indústrias transformadoras (C), que registam uma produtividade em linha ou um pouco acima (caso das indústrias transformadoras) da média nacional, contribuíram também em 35% para o emprego líquido criado;
- as Atividades de informação e de comunicação (J), que têm uma produtividade bastante acima da média nacional, contribuíram em cerca de 9% para o emprego líquido criado entre 2013 e 2022.

A produtividade aparente do trabalho média anual em Portugal representava, em 2022, cerca de metade do valor desse indicador para o conjunto dos países da UE-27 (29,2 mil euros para 60,2 mil euros). Essa desproporção é mais elevada quando a comparação é feita com países como a Alemanha, Suécia e Países

3

SUMÁRIO EXECUTIVO

Baixos e, em comparação com o apurado em Espanha e na Eslovénia, o valor deste indicador em Portugal é cerca de 15 mil euros inferior.

Quando se analisa a evolução da produtividade média a nível setorial constata-se o seguinte:

- o aumento da produtividade real entre 2013 e 2022 é particularmente intensa na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), no Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e no Alojamento, restauração e similares (I);
- nas Indústrias transformadoras (C), um setor importante ao nível do emprego, a produtividade aumentou acima dos 25% nos dois períodos em análise. Ao contrário do que aconteceu em termos médios no conjunto da economia, o aumento da produtividade real nas Indústrias transformadoras foi um pouco superior no período 2004-2022 do que entre 2013-2022, embora as diferenças sejam ligeiras;
- quer no setor da Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D), quer nas Atividades de informação e de comunicação (J) – dois setores com níveis de produtividade bastante acima da média nacional –, observou-se uma redução do valor deste indicador, tendência particularmente intensa neste segundo setor, nomeadamente no período 2004-2022.

Um dos objetivos de análise deste estudo consistiu na delimitação de perfis setoriais resultantes da interseção das variáveis “pessoal ao serviço remunerado nas empresas” e “produtividade aparente do trabalho”. Desse exercício resultam os seguintes perfis:

- as atividades económicas com uma elevada produtividade e baixos níveis de emprego, nomeadamente a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D), as Indústrias extrativas (B) e a Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição (E);
- as atividades económicas com uma elevada produtividade e níveis intermédios de emprego, nomeadamente as Atividades de informação e comunicação (J) e os Transportes e armazenagem (H);
- as atividades económicas com níveis de emprego elevados e com níveis de produtividade em linha ou um pouco acima da média nacional, nomeadamente o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e as Indústrias transformadoras (C);
- as atividades económicas com valores tendencialmente reduzidos para os dois indicadores em causa, nomeadamente as Outras atividades de serviços (S), a Educação (P), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), as Atividades de saúde humana e apoio social (Q) e as Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (R) – este com níveis de produtividade próximos da média para o conjunto da economia;

4

SUMÁRIO EXECUTIVO

- as atividades económicas com baixa produtividade e níveis de emprego intermédios, nomeadamente as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), o Alojamento, restauração e similares (I) e a Construção (F).

No universo das Indústrias transformadoras, a correlação dos dois indicadores em causa permite também agrupar perfis diferenciados. Os cinco subsetores com níveis de produtividade mais elevados são a Indústria do tabaco (Divisão 12) e a Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis (Divisão 19), os quais representam apenas 9,3% do emprego remunerado nas Indústrias transformadoras. Por seu lado, os subsetores com níveis de produtividade abaixo da média do setor representavam cerca de 2/3 (65%) do emprego remunerado nas Indústrias transformadoras.

No que concerne à relação entre salários e produtividade, constata-se que, desde 2013, o ganho médio real dos trabalhadores evoluiu abaixo da produtividade média real, com exceção do verificado em 2020, ano em que a pandemia da COVID-19 teve impactos económicos mais pronunciados. O ganho médio real aumentou 10,6% entre 2013 e 2022, enquanto a produtividade real apreciou-se 18,7%. Ou seja, o período posterior à Grande Recessão foi sobretudo marcado por um desajustamento entre a evolução dos salários e da produtividade.

A evolução destes dois indicadores nos últimos anos tem seguido tendências setoriais diferenciadas. O referido hiato entre o crescimento da produtividade e dos salários é particularmente agudo no setor do Alojamento, restauração e similares (I), das Atividades imobiliárias (L), da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) e do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G). Apesar da tendência de aumento real dos salários reais e da produtividade real no período em análise, algumas atividades económicas conheceram uma diminuição do valor de pelo menos um destes indicadores.

Como seria expectável, os níveis salariais médios das atividades económicas tendem a correlacionar-se positivamente com a sua produtividade, embora de forma não linear. Da interseção entre estes dois indicadores é possível discernir vários perfis setoriais, dos quais importa destacar dois, devido ao peso que assumem no emprego:

- as atividades económicas que se caracterizam por registarem, simultaneamente, valores baixos para o ganho médio e para a produtividade média. É um perfil com alguma heterogeneidade, no sentido em que

5

SUMÁRIO EXECUTIVO

engloba a Construção (F), as atividades do setor primário (A) e um conjunto de atividades do setor terciário, em particular o Alojamento, restauração e similares (I), as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), as Atividades de saúde humana e apoio social (Q), e as Outras Atividades de serviços (S). No seu conjunto, estes setores representam 37,5% do pessoal ao serviço remunerado nas empresas.

- as atividades económicas em que o ganho médio bruto mensal é um pouco superior às do perfil anterior, mas ainda assim inferior à média nacional (1 368€, em 2022), e cujos níveis de produtividade estão em linha ou acima da média nacional: Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G), Indústrias transformadoras (C), Atividades imobiliárias (L), e Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (E). No seu conjunto, estes setores representam 43,8% do pessoal ao serviço remunerado nas empresas.

Entre os outros perfis identificados neste estudo, importa destacar o setor das Atividades de informação e de comunicação (J), pelo facto de aliar uma produtividade média que representa cerca do dobro da média nacional a um ganho médio bruto próximo dos 2 000€ - um valor bastante acima do apurado para o conjunto da economia.

2. Introdução

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de recomposição setorial do emprego em Portugal, em articulação com a evolução dos níveis de produtividade e salariais. O volume de emprego do país tem aumentado de forma constante nos últimos anos, registando, em 2022, valores historicamente elevados. Importa, no entanto, detalhar a estrutura setorial do emprego e a sua recomposição num período mais curto e mais alargado, mas também relacionar essa tendência com a evolução dos níveis de produtividade e a evolução dos salários.

Pretende-se, portanto, em primeiro lugar, identificar os setores que mais têm contribuído para a criação de emprego verificada nos últimos anos. A partir desta mensuração, procurar-se-á relacionar a criação setorial de emprego com os níveis de produtividade das atividades económicas. Até que ponto o emprego criado tem ocorrido sobretudo nos setores com maiores níveis de produtividade? Ou, pelo contrário, o aumento do emprego estará mais intensamente concentrado em setores com níveis de produtividade mais baixos? A resposta a esta questão é relevante para analisar as mutações e/ou continuidades do perfil de especialização da economia portuguesa. A análise terá também uma componente de comparação com a UE-27 e alguns dos países que a compõem. Adicionalmente, pretende-se analisar a evolução dos salários em Portugal, comparando essa dinâmica com a evolução dos níveis de produtividade.

3. Fontes, conceitos e período de análise

A análise efetuada terá como referência a informação de duas fontes estatísticas principais: o Sistema de Contas Integradas das Empresas (dados sobre emprego – pessoal ao serviço remunerado nas empresas – e produtividade nas empresas não financeiras) e os Quadros de Pessoal (dados sobre o ganho).

O Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) “resulta de um processo de integração de informação sobre empresas, primeiramente proveniente do Inquérito Anual às Empresas (IEH) e posteriormente de informação de carácter administrativo proveniente do protocolo celebrado com a Autoridade Tributária (AT)” (INE). Os dois conceitos estatísticos que enquadram a análise dos dados desta fonte são o pessoal ao serviço remunerado e a produtividade aparente do trabalho.

O pessoal ao serviço remunerado refere-se aos “Indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta diretamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem. Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral” (INE).

A produtividade aparente do trabalho, por seu lado, diz respeito à “Contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço” (INE) – mais à frente problematizar-se-á este conceito e a sua interpretação.

Os Quadros de Pessoal correspondem ao Anexo A do Relatório Único, de preenchimento obrigatório pelas entidades empregadoras, que disponibiliza informação acerca dos trabalhadores do setor privado e dos trabalhadores da administração pública com contratos individuais de trabalho – nomeadamente, informação relativa às remunerações.

O conceito estatístico que enquadra a análise dos dados desta fonte é o de “ganho”, um indicador que inclui a remuneração mensal base, os prémios e subsídios regulares e a remuneração por trabalho suplementar. Os dados relativos ao ganho referem-se aos trabalhadores por conta de outrem do setor privado e aos trabalhadores do setor público que têm contratos individuais de trabalho, que trabalham a tempo inteiro e têm remuneração base completa.

A comparação que é feita a nível europeu em relação ao pessoal ao serviço e à produtividade aparente do trabalho baseia-se em informação disponibilizada pelo Eurostat e tem como referência fontes de informação estatística nacionais análogas ao SCIE. Como não foi possível encontrar dados para o pessoal ao serviço remunerado para os países europeus, utilizou-se na comparação europeia o indicador “pessoal ao serviço”.

A análise efetuada terá como referência dois períodos de tempo. Um primeiro, mais longo, balizado entre 2004 e 2022, no qual é possível comparar o perfil de emprego e de produtividade do país após um conjunto de choques externos que marcaram os primeiros anos do novo milénio e que tiveram impactos marcantes na economia portuguesa, nomeadamente a criação da Zona Euro (à qual Portugal pertenceu desde o início), o alargamento da UE aos países do leste europeu e a entrada da China na OMC. No seu conjunto, estes acontecimentos aumentaram a exposição à concorrência internacional com que, sobretudo, os setores industriais tradicionais se confrontaram (vestuário, têxteis e calçado) e desviaram investimento estrangeiro e capacidade produtiva para esses países (Abreu et al., 2013, p. 35).¹

O segundo referente temporal tem uma amplitude mais curta, e refere-se ao período 2013-2022. A escolha deste referente temporal prende-se com o objetivo de medir e caracterizar a evolução do emprego, da produtividade e dos salários no período de recuperação económica e do emprego que se seguiu à Grande Recessão.

Toda a informação analisada neste texto está disponibilizada na plataforma digital [DataLABOR](#).

¹ Amaral, J. F. (2013). *Porque devemos sair do euro. O divórcio necessário para tirar Portugal da crise*. Lua de Papel; Abreu, A., Mendes, H., Rodrigues, J., Gusmão, J. G., Serra, N., Teles, N., Alves, P. D., & Mamede, R. P. (2013). *A crise, a troika e as alternativas urgentes*. Tinta da China.

4. A recomposição setorial do emprego em Portugal

Neste ponto desenvolver-se-á uma análise do perfil setorial do emprego em Portugal em perspetiva comparada e serão também também identificadas as principais recomposições desse perfil num período mais longo (2004-2022) e mais curto (2013-2022).

4.1 A DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO EM PERSPETIVA COMPARADA

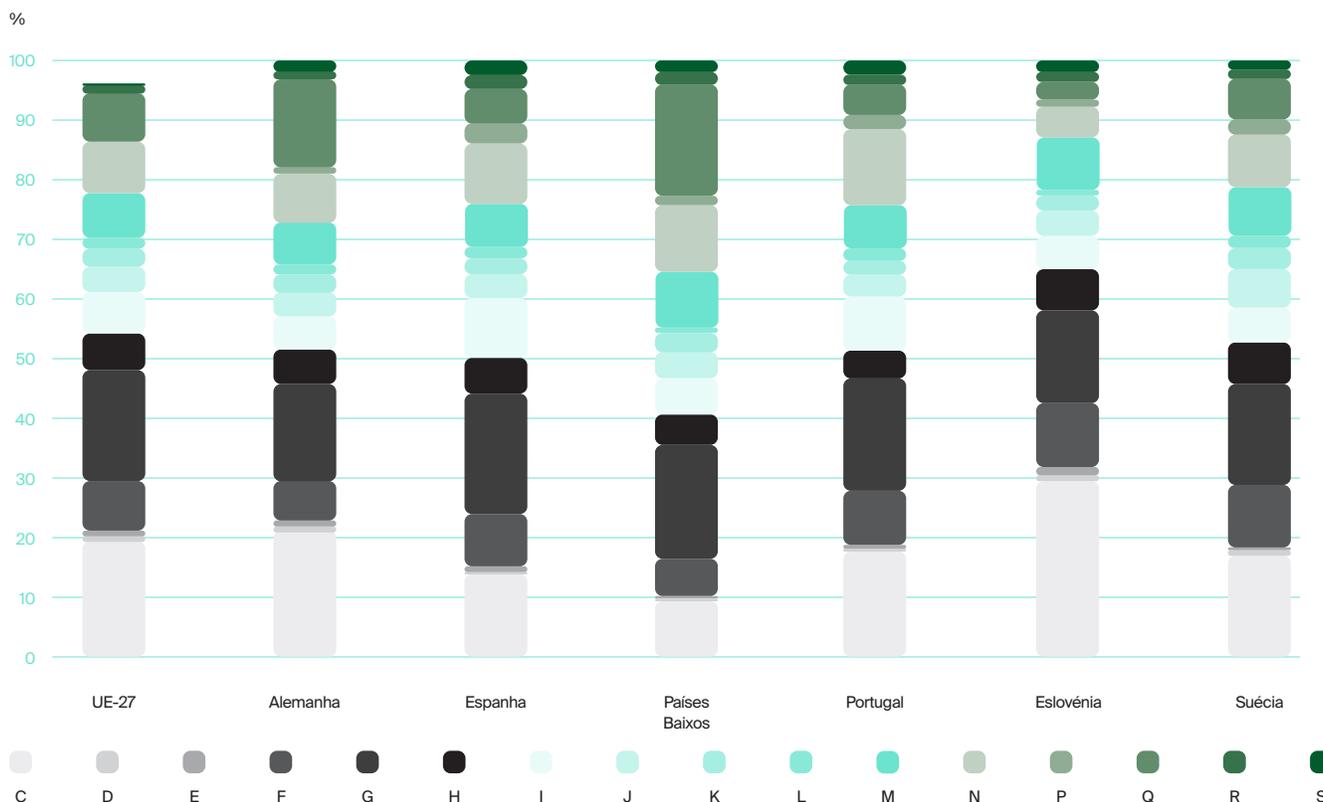
Como se referiu, por uma questão de disponibilidade de dados, a informação apresentada nesta secção diz respeito ao pessoal ao serviço (e não ao pessoal ao serviço remunerado, indicador que será tido como referência na análise da realidade portuguesa nas secções/pontos seguintes). A Figura 1 ilustra a distribuição setorial do pessoal ao serviço nas empresas em alguns países representativos de regiões da UE-27.²

O peso relativo no emprego do setor secundário em Portugal (secções B-F) está em linha com o observado no conjunto de países da UE-27, Alemanha e Suécia, acima dos valores para os Países Baixos e Espanha, e abaixo do apurado na Eslovénia. Quando se compara apenas o peso relativo do pessoal ao serviço nas Indústrias transformadoras (C), Portugal apresenta para esse indicador um valor relativamente similar ao verificado nos países da UE-27, mas abaixo do apurado na Alemanha, mas sobretudo na Eslovénia.

No universo das atividades de serviços, o peso do setor do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) em Portugal está em linha com o valor apurado para os países da UE-27. Esta equivalência não se aplica quando se comparam outras atividades económicas. Os setores do Alojamento, restauração e similares (I) e das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N) têm ambos um peso no emprego nas empresas significativamente acima do registado no conjunto de países da UE-27 e, em particular, no universo restrito dos países incluídos na figura (a exceção a esta tendência é o valor que a Espanha apresenta para o peso relativo do emprego no setor do Alojamento, restauração e similares).

² Excluindo o setor primário (A), para o qual não há informação disponível.

Figura 1. Distribuição do pessoal ao serviço das empresas na UE-27 e em alguns países europeus, por atividade económica (2022) (%)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: Eurostat. [Pessoal ao serviço nas empresas](#). Cálculos próprios.

Nota: A soma do peso dos vários setores para a UE-27 é inferior a 100%. Tal dever-se-á aos valores setoriais omissos que alguns países apresentam.³ O setor B tem um peso marginal pelo que não foi incluído na figura 1.

Na Alemanha e nos Países Baixos, nos quais os sistemas de saúde são amplamente baseados numa oferta privada desse tipo de cuidados/serviços, as Atividades de saúde humana e apoio social têm um peso muito significativo no emprego nas empresas.

Em termos globais, não parecem existir diferenças muito pronunciadas entre a estrutura do emprego nas empresas em Portugal em comparação com a estrutura observada nos países em análise e no conjunto da

³ Classificação das atividades económicas: Secção B - Indústrias Extrativas; Secção C - Indústrias Transformadoras; Secção D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Secção E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição; Secção F - Construção; Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; Secção H - Transportes e armazenagem; Secção I - Alojamento, restauração e similares; Secção J - Atividades de informação e de comunicação; Secção K - Atividades financeiras e de seguros; Secção L - Atividades Imobiliárias; Secção M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; Secção N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; Secção P - Educação; Secção Q - Atividades de saúde humana e apoio social; Secção R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Secção S - Outras Atividades de serviços.

Face aos países europeus, há um sobredimensionamento relativo de dois dos setores que mais têm crescido em Portugal: os setores do Alojamento, restauração e similares (I) e das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N).

UE-27. A principal evidência que importa a este nível sublinhar prende-se com o sobredimensionamento relativo de dois dos setores que, como se demonstrará na secção seguinte, mais têm crescido em Portugal: os setores do Alojamento, restauração e similares (I) e das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N).

Depois de se medir a evolução setorial do emprego nas empresas em Portugal e de comparar, no contexto europeu, o perfil setorial do emprego do país, interessa agora introduzir na análise a produtividade.

4.2 RECOMPOSIÇÕES SETORIAIS DIFERENCIADAS

O volume e o perfil setorial do emprego em Portugal conheceram recomposições significativas nas últimas décadas. Tal como é possível observar na Figura 2, o período 2004-2022 é marcado por três grandes fases: uma primeira de crescimento de emprego, que termina aquando da Grande Recessão; uma segunda fase de redução acentuada do emprego, que decorre durante essa crise e que termina em 2013; uma terceira fase, marcada pelo crescimento do emprego remunerado – com exceção do verificado no ano de 2020, marcado pelo surto pandémico da COVID-19. Comparando os dois extremos do período em análise, constata-se que o número de trabalhadores nas empresas, em 2022, era superior ao observado em 2004 em cerca de meio milhão (3,41 milhões para 2,91 milhões de trabalhadores). E, comparando os anos de 2013 e 2022, essa diferença é de cerca de 832 mil (2,58 milhões de trabalhadores em 2013).

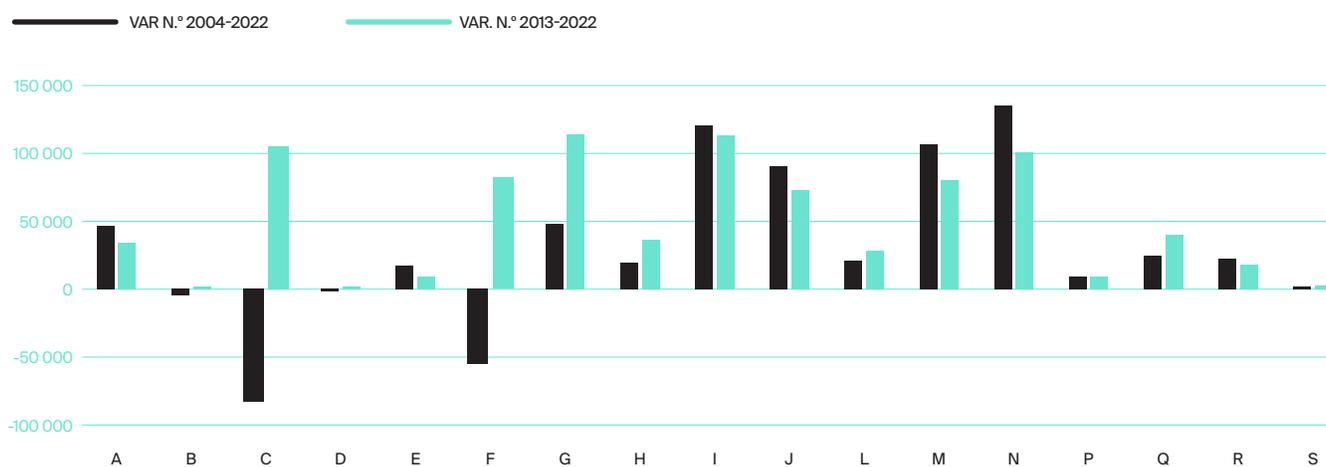
Essa variação geral obnubila, no entanto, realidades setoriais bastante diversas. Uma leitura global permite concluir que, no espaço de quase duas décadas, a economia portuguesa conheceu um aprofundamento do predomínio do setor terciário, registou um aumento com algum significado no setor primário e assistiu ao recuo pronunciado do emprego na indústria, com particular ênfase para a quebra observada nas Indústrias transformadora: menos 82,2 mil pessoas remuneradas ao serviço. Entre as atividades económicas de serviços cujo peso no emprego mais cresceu, importa destacar: as Atividades

No espaço de quase duas décadas a economia portuguesa conheceu um aprofundamento do predomínio do setor terciário, registou um aumento com algum significado no setor primário e assistiu ao recuo pronunciado no emprego na indústria, com particular ênfase para a quebra observada nas Indústrias transformadora: menos 82,2 mil pessoas remuneradas ao serviço

administrativas e dos serviços de apoio (+132,6 mil trabalhadores); o setor do Alojamento, restauração e similares (+118,6 mil trabalhadores); as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (+103,9 mil trabalhadores); e as Atividades de informação e de comunicação (+88,6 mil pessoas ao serviço remuneradas).

Se a comparação tiver como referência os anos de 2013 e 2022, os aumentos nestes quatro setores foram de, respetivamente, 100,5 mil, 110,9 mil, 78,6 mil e 71,7 mil trabalhadores, respetivamente. Neste período, além dos quatro setores referidos, outros três destacaram-se no volume de crescimento do emprego: a Indústria transformadora (+102,9 mil trabalhadores, depois de uma redução de 185 mil entre 2004 e 2013), a Construção (+80,2 mil trabalhadores) e o Comércio (+111,6 mil trabalhadores).

Figura 2. Variação do pessoal ao serviço remunerado nas empresas, por atividade económica (2004-2022 e 2013-2022) (N.º)



As variações apresentadas na Figura 2 tiveram impactos na composição setorial do emprego em Portugal. A Tabela 1 ilustra essa tendência. Veja-se, a título ilustrativo, a redução do peso do emprego nas Indústrias transformadoras de 27,1% em 2004 para 23,4% em 2013 e 20,7% em 2022 – apesar de, entre 2013 e 2022, o emprego neste setor ter aumentado em termos absolutos. Do ponto de vista da análise dos grandes setores de atividades económica, o setor primário viu o seu peso relativo no emprego aumentar 1,1 p.p. entre 2004 e 2022 (de 1,9% para 3,0%), o peso do setor secundário recuou 10,1 p.p. (de 42,3% para 32,2%) e o setor terciário ampliou-se 8,5 p.p. (de 55,8% para 64,7%).

Tabela 1. Distribuição do pessoal ao serviço remunerado nas empresas, por atividade económica, Portugal (2004, 2013 e 2022) (%)

	2004	2013	2022
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A)	1,9	2,6	3,0
Indústrias extrativas (B)	0,5	0,4	0,3
Indústrias transformadoras (C)	27,1	23,4	20,7
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D)	0,4	0,3	0,3
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (E)	0,7	1,1	1,1
Construção (F)	13,5	10,0	9,9
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G)	22,3	22,7	20,4
Transportes e armazenagem (H)	5,4	5,4	5,2
Alojamento, restauração e similares (I)	7,1	8,3	9,5
Atividades de informação e de comunicação (J)	2,0	2,9	4,3
Atividades imobiliárias (L)	1,1	1,0	1,5
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M)	3,7	5,2	6,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N)	7,5	9,7	10,3
Educação (P)	1,4	1,6	1,4
Atividades de saúde humana e apoio social (Q)	3,4	3,2	3,6
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (R)	0,5	0,7	1,0
Outras atividades de serviços (S)	1,3	1,5	1,1

Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). Pessoal ao serviço remunerado nas empresas. Cálculos próprios.⁴

⁴ Classificação das atividades económicas: Secção A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Secção B – Indústrias Extrativas; Secção C – Indústrias Transformadoras; Secção D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Secção E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição; Secção F – Construção; Secção G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; Secção H – Transportes e armazenagem; Secção I – Alojamento, restauração e similares; Secção J – Atividades de informação e de comunicação; Secção L – Atividades Imobiliárias; Secção M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; Secção N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio; Secção P – Educação; Secção Q – Atividades de saúde humana e apoio social; Secção R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Secção S – Outras Atividades de serviços.

O fenómeno da terceirização do emprego e da atividade económica baseia-se em contributos setoriais diferenciados e deve ter em consideração as características do emprego e do valor acrescentado de cada atividade económica. Os contributos mais pronunciados para o aumento do emprego na área dos serviços tiveram lugar no setor do Alojamento, restauração e similares (I), das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), das Atividades de informação e de comunicação (J) e das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M). As duas primeiras atividades económicas têm um perfil de produtividade comparativamente baixo, enquanto os outros dois setores apresentam níveis de produtividade relativamente elevados no contexto português. É precisamente esta questão que se procurará abordar no ponto seguinte.

5. Emprego e produtividade: uma análise setorial

Este ponto tem como objetivo responder a quatro perguntas fundamentais: 1) que diferenças existem entre a produtividade setorial em Portugal face à registada nos países europeus?; 2) como tem evoluído a produtividade em Portugal, tendo em consideração as diferentes atividades económicas?; 3) que relação que existe entre a distribuição setorial do emprego e a produtividade das diferentes atividades económicas; 4) que relação existe entre a variação setorial do emprego e o nível de produtividade das atividades económicas?

Pelo peso que assume no emprego e devido à sua heterogeneidade intrasetorial, analisar-se-á o setor das Indústrias transformadoras (C) ao nível da Divisão. Adicionalmente, promover-se-á um breve *zoom* analítico sobre um setor que se tem distinguido pelo facto de simultaneamente contribuir para a criação líquida de emprego e ter níveis de produtividade muito acima da média nacional: o setor das Atividades de informação e de comunicação (J).

A produtividade aparente do trabalho nas empresas, que mede a contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço, era, em 2022, de 29 167,21€ para o conjunto da economia portuguesa, uma variação nominal de 10,7% face ao ano anterior. A interpretação deste valor e dos que a seguir serão analisados deve ter em consideração que a denominada produtividade do fator trabalho (ou produtividade aparente do trabalho, tal como é denominada pelo INE) reflete, na verdade, múltiplos fatores que participam e se articulam no processo produtivo e que influenciam o volume e o valor do que é produzido – seja um produto, seja um serviço. Entre esses fatores contam-se: “a estrutura produtiva do país (por exemplo, o peso de setores de atividade de baixo valor acrescentado); a estrutura empresarial (nomeadamente, o peso de empresas de maiores dimensões, tendencialmente mais produtivas); a intensidade, a composição e a qualidade dos bens de capital (máquinas, equipamentos, infraestruturas, etc.); o aproveitamento de economias de escala (associado à internacionalização das empresas); a qualidade da

A produtividade aparente do trabalho média anual em Portugal representava, em 2021, cerca de metade do valor desse indicador para o conjunto dos países da UE-27

gestão das organizações; as qualificações da população e a introdução de inovações nos produtos ou nos processos produtivos” (Mamede, 2019, p. 57).⁵

Este tipo de explicitação é também apresentado em Reis et al. (2022).⁶ Explicam os autores que “A produtividade deve, pois, ser, em primeiro lugar, um indicador com o qual nos aproximamos da compreensão do tipo de processo produtivo e organizacional em causa e do método que cada unidade usa para gerar valor, mais do que o cálculo de um número por trabalhador utilizado. Apela, pois, para as capacidades organizacionais de que se dispõe, para as suas finalidades (os bens e os serviços produzidos), para as competências existentes e mobilizadas, para o tipo de consumidores ou utilizadores cuja procura vai ser satisfeita, para os empresários ou estruturas dirigentes que determinam a função organizacional e para o tipo (habilitações, qualificações) de trabalho requerido.”

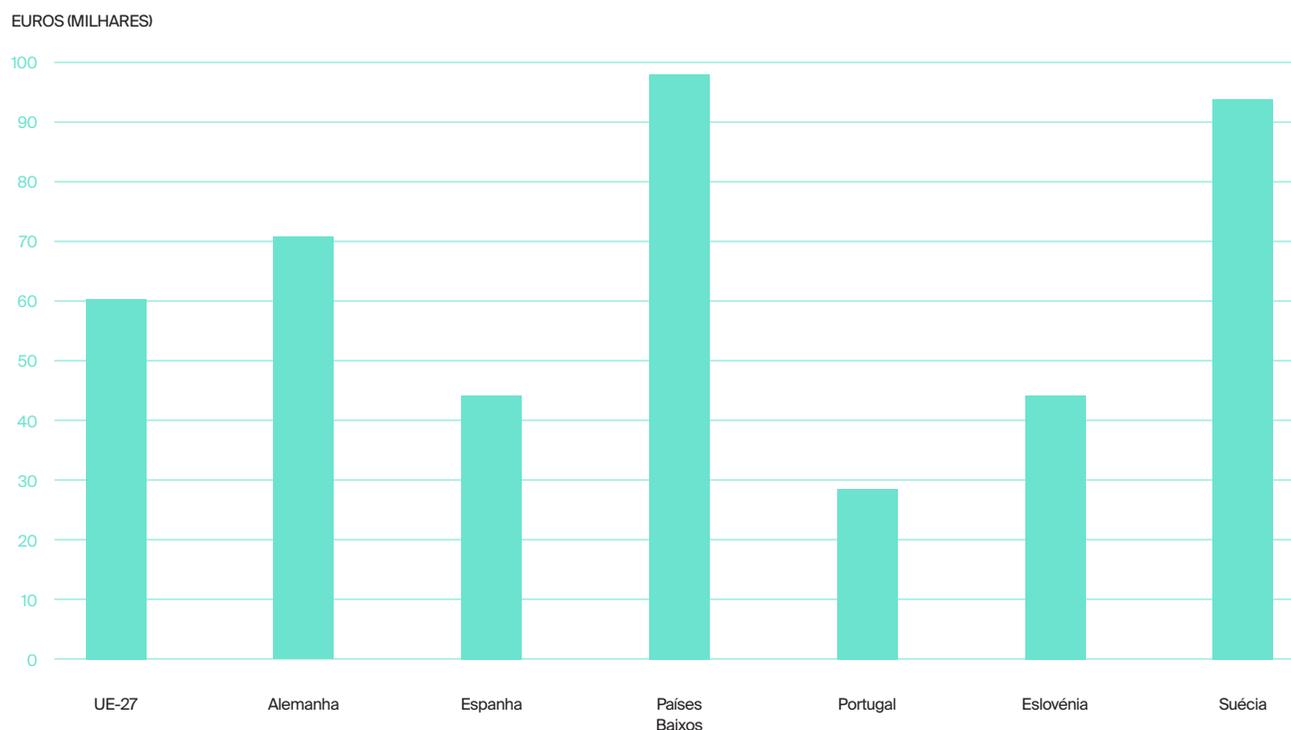
Quer isto dizer, portanto, que a produtividade do trabalho traduz ao mesmo tempo capacidades do denominado capital humano (seja dos trabalhadores por conta de outrem, seja dos empregadores), mas também, e porventura, sobretudo, do capital tecnológico utilizado, da especialização económica da atividade desenvolvida e da posição ocupada por uma empresa ou setor nas cadeias de valor globais.

5.1 A PRODUTIVIDADE SETORIAL EM PERSPETIVA COMPARADA

A produtividade aparente do trabalho média anual em Portugal representava, em 2021, cerca de metade do valor desse indicador para o conjunto dos países da UE-27 (29,2 mil euros para 60,2 mil euros). Essa desproporção é mais elevada quando a comparação é feita com países como a Alemanha, Suécia e Países Baixos, e, em comparação com o apurado em Espanha e na Eslovénia, o valor deste indicador em Portugal é cerca de 15 mil euros inferior.

⁵ Mamede, R. P. (2019). Reforço da produtividade e da competitividade exige mais empresas de maior dimensão. In R. P. Mamede, & P. A. Silva (pp. 57-66). *O Estado da nação e as políticas públicas 2019: menos reformas, melhores políticas*. IPPS. <https://ipps.iscte-iul.pt/index.php/pt/divulgacao/estudos-e-publicacoes-3/2019-menos-reformas-melhores-politicas>

⁶ Reis, J., Drago, A., & Almeida, J. R. (2022). *Especialização produtiva e salários: propostas para qualificar Portugal*. Gulbenkian Briefs, N.º 3, Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/09/6_FF.PolicyBrief_SalarioMedio_CES_pt-2.pdf

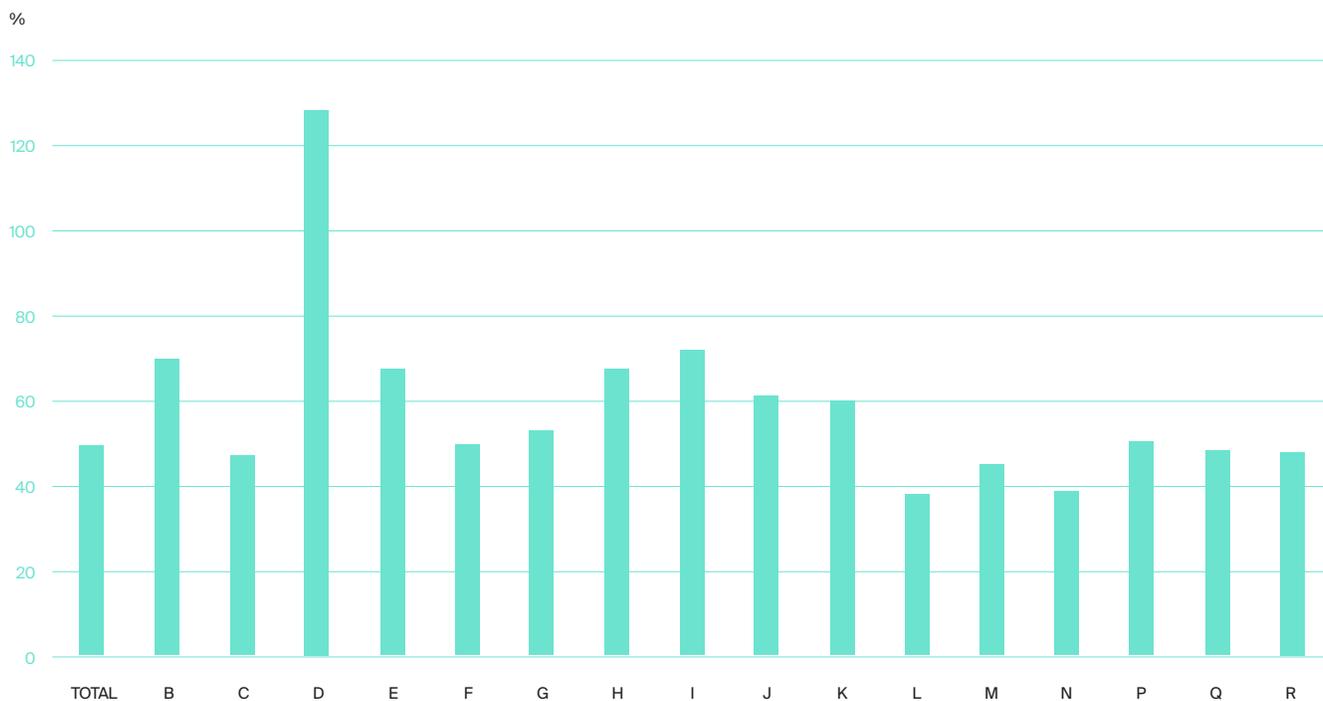
Figura 3. Produtividade aparente do trabalho média na UE-27 e em alguns países europeus (2021) (€)

Fonte: DataLABOR, fonte primária: Eurostat. [Produtividade aparente do trabalho](#).

A Figura 4 permite detalhar a diferença percentual entre a produtividade em Portugal e no conjunto de países da UE-27, por atividade económica. O único setor que regista para este indicador um valor superior ao da UE-27 é o da Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D). As atividades económicas que mais se aproximam da produtividade setorial média da UE-27 são as Indústrias extrativas (B), a Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição (E), os Transportes e armazenagem (H) e o Alojamento, restauração e similares (I). As atividades económicas cuja produtividade média compara pior com a média do valor deste indicador para os países da UE-27 são as Atividades Imobiliárias (L), as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N) e as Indústrias transformadoras (C).

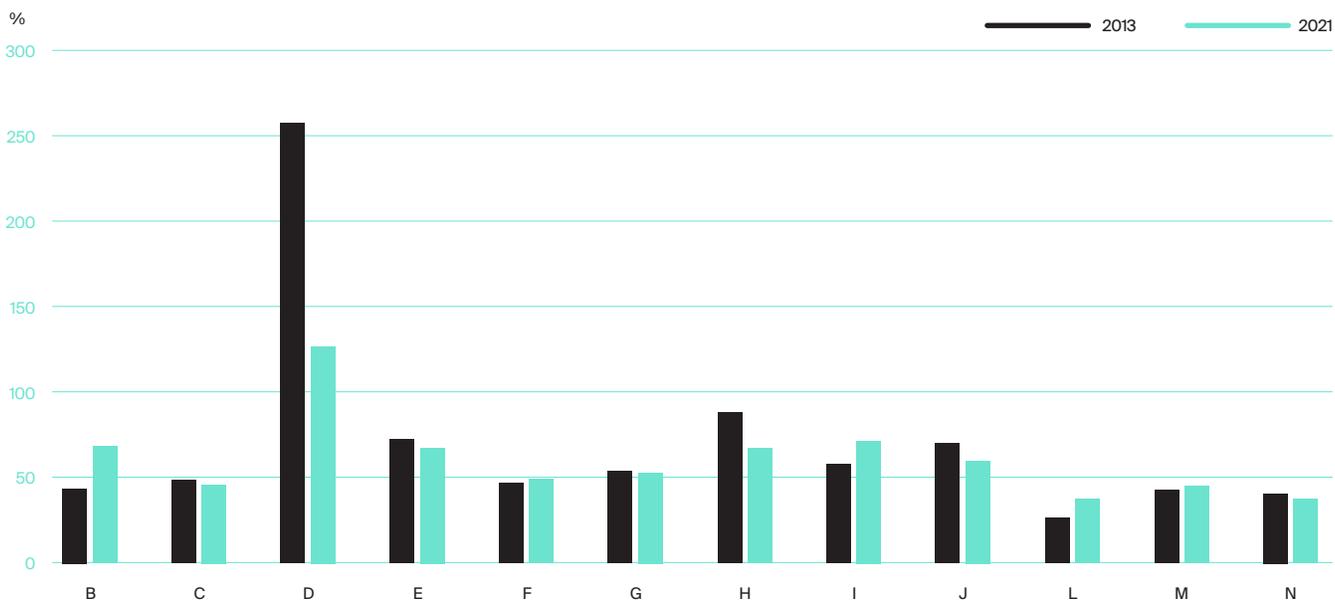
Entre 2013 e 2021, a produtividade média setorial em Portugal tendeu ou a afastar-se ou a convergir modestamente com a média apurada para o conjunto de países da UE-27. As exceções a esta tendência operaram-se nas Indústrias extrativas (B), no Alojamento, restauração e similares (I) e nas Atividades imobiliárias (L).

Figura 4. Produtividade aparente do trabalho média em Portugal em proporção da média da UE-27 (UE-27=100), por atividade económica (2021) (%)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: Eurostat. [Produtividade aparente do trabalho](#). Cálculos próprios.

Figura 5. Produtividade aparente do trabalho média em Portugal em proporção da média da UE-27 (UE-27=100), por atividade económica (2013-2021) (%)



Fonte: DataLABOR e Eurostat. [Produtividade aparente do trabalho](#). Cálculos próprios.

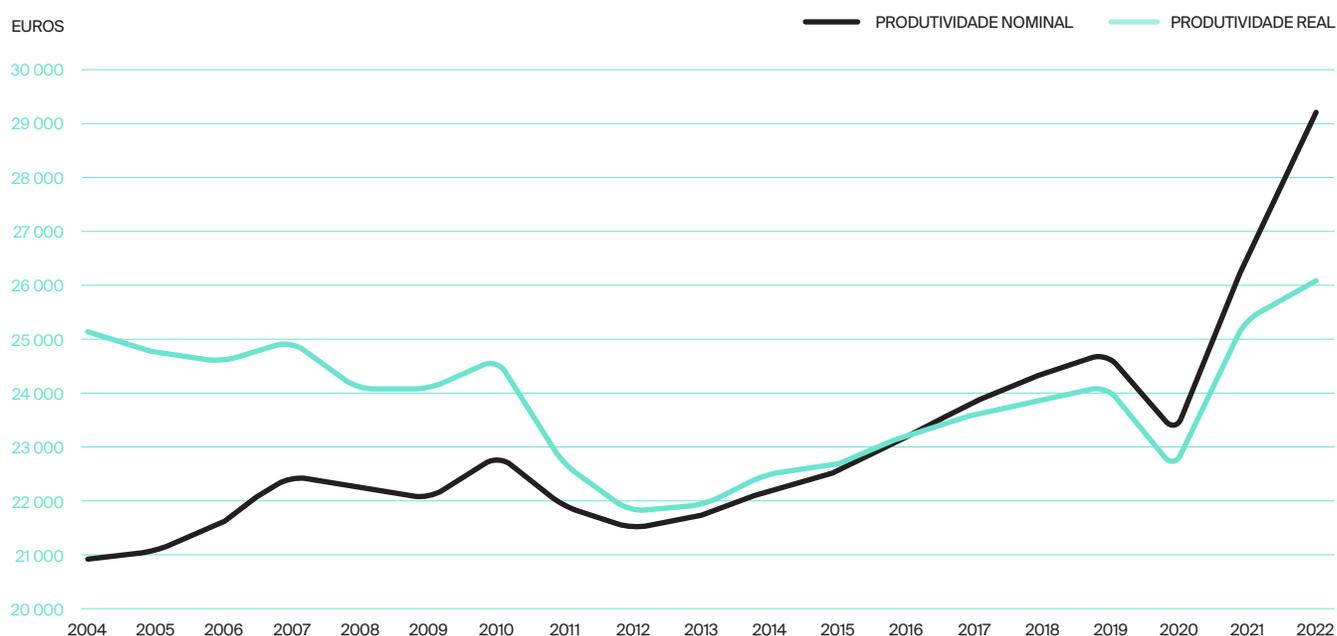
A produtividade real em Portugal para o conjunto da economia cresceu apenas 3,6% entre 2004 e 2022 e 18,7% entre 2013 e 2022

5.2 A EVOLUÇÃO SETORIAL DA PRODUTIVIDADE EM PORTUGAL

A Figura 6 ilustra a evolução da produtividade aparente do trabalho em termos nominais e reais, entre 2004 (primeiro ano para o qual há dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas) e 2022. A evolução nominal deste indicador tende a estar associada ao ciclo económico. No caso da evolução da produtividade real, interessa reter três factos fundamentais:

- o seu valor já se encontrava numa tendência de redução ainda antes da Grande Recessão;
- a produtividade real para o conjunto da economia cresceu apenas 3,6% quando se compara o seu valor em 2004 face ao observado em 2022 – mesmo tendo em consideração a apreciação real que se verificou entre 2021 e 2022;
- se a comparação tiver como referência o ano de 2013, o aumento real deste indicador foi de 18,7% (2013-2022).

Figura 6. Produtividade aparente do trabalho média, valor nominal e real (base=2016), Portugal (2004-2022) (€)



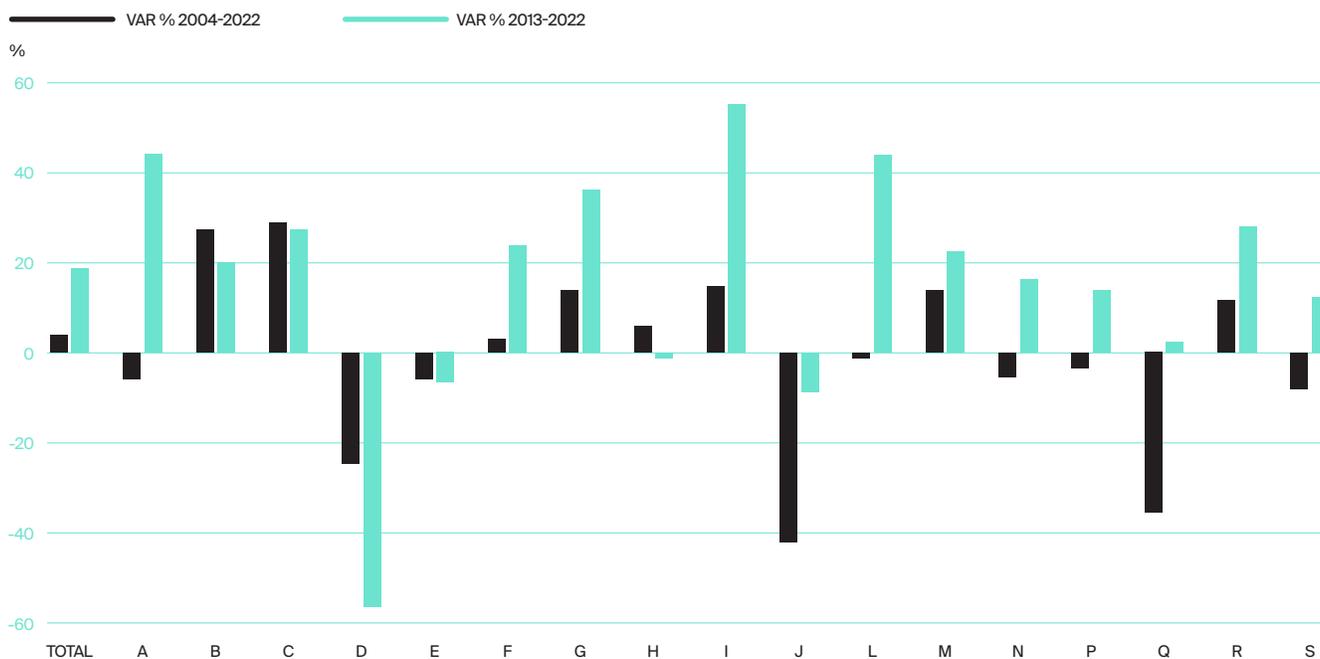
Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). Produtividade aparente do trabalho nas empresas; Índice de preços no consumidor (base=2016). Cálculos próprios.

O aumento da produtividade real entre 2013 e 2022 é particularmente intensa na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), no Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e no Alojamento, restauração e similares (I)

A tendência anteriormente identificada relativa à quase estagnação da produtividade real para o conjunto da economia portuguesa, entre 2004-2022, deve ser complementada com a análise de dinâmicas setoriais específicas, tendo em conta arcos temporais particulares. A Figura 7 descreve a evolução da produtividade setorial em termos reais entre 2004-2022 e 2013-2022. As principais conclusões que emergem da sua análise são as seguintes:

- a variação setorial da produtividade real é quase sempre mais expressiva no período 2013-2022 do que entre 2004-2022, tal como seria expetável atendendo aos valores para o conjunto da economia apresentados na figura anterior;
- o aumento da produtividade real entre 2013 e 2022 é particularmente intensa na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), no Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e no Alojamento, restauração e similares (I);
- nas Indústrias transformadoras (C), um setor importante ao nível do emprego, a produtividade aumentou acima dos 25% nos dois períodos em análise. Ao contrário do que aconteceu em termos médios no conjunto da economia, o aumento da produtividade real nas Indústrias transformadoras foi um pouco superior no período 2004-2022 do que entre 2013-2022, embora as diferenças sejam ligeiras;
- quer no setor da Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D), quer nas Atividades de informação e de comunicação (J), observou-se uma redução dos níveis de produtividade, tendência particularmente intensa neste segundo setor, no período 2004-2022.

Figura 7. Variação da produtividade média real (base=2016), por atividade económica, Portugal (2004-2022 e 2013-2022) (%)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). Produtividade aparente do trabalho nas empresas; Índice de preços no consumidor (base=2016). Cálculos próprios.

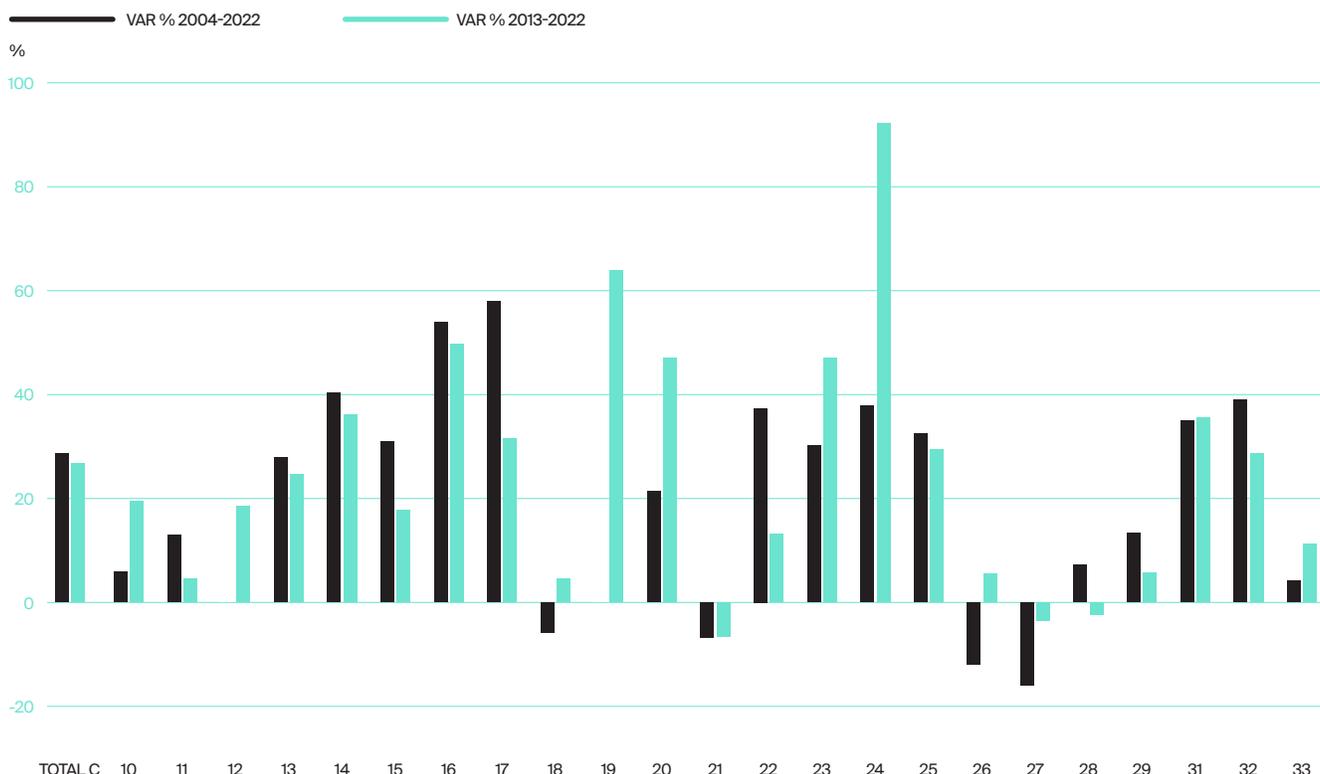
O setor das Indústrias transformadoras (C) é bastante heterógeno,⁷ no sentido em que no seu perímetro coexistem subsectores com perfis produtivos e de emprego diferenciados – e com níveis de produtividade também diversificados, tal como se demonstra na Figura 8.⁸

Quase todos os subsectores das Indústrias transformadoras (C) conheceram apreciações da sua produtividade real entre 2004-2022 e entre 2013-2022. Alguns subsectores tradicionais registam aumentos reais de produtividade acima da média do setor, casos da Indústria do vestuário (Divisão 14) e da Fabricação de obras de cestaria e de espartaria (Divisão 16).

⁷ Indústrias transformadoras (Divisão): 10 – Indústrias alimentares; 11 – Indústria das bebidas; 12 – Indústria do tabaco; 13 – Fabricação de têxteis; 14 – Indústria do vestuário; 15 – Indústria do couro e dos produtos do couro; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; 16 – Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; 17 – Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; 18 – Impressão e reprodução de suportes gravados; 19 – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; 20 – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos; 21 – Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; 22 – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; 23 – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; 24 – Indústrias metalúrgicas de base; 25 – Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; 26 – Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; 27 – Fabricação de equipamento elétrico; 28 – Fabricação de máquinas e de equipamentos, ne; 29 – Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis; 30 – Fabricação de outro equipamento de transporte; 31 – Fabrico de mobiliário e de colchões; 32 – Outras indústrias transformadoras; 33 – Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos.

⁸ Mesmo este nível subsectorial (Divisão) compreende diferenças internas muito significativas. O estudo que o CoLABOR fez em parceria com a OIT a respeito ao setor automóvel (Divisão 29) em Portugal demonstra isso mesmo – ver OIT (2022). *Conduzir a mudança: O futuro do trabalho no sector automóvel português*. Publicações OIT.

Figura 8. Taxa de variação da produtividade aparente do trabalho média real (base=2016) nas Indústrias transformadoras, por atividade económica (Divisão), Portugal (2004–2022 e 2013–2022) (%)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). Produtividade aparente do trabalho nas empresas; Índice de preços no consumidor (base=2016). Cálculos próprios.

Nota 1: Não se inclui nesta figura informação para a Divisão 12 (Indústria do tabaco) para o período 2004-2022, devido ao facto de o valor que apresenta para o indicador em causa (taxa de variação real da produtividade superior a 300%) se situar bastante acima do apurado para as demais divisões económicas, o que, caso essa Divisão fosse incluída na figura, retiraria leitura aos dados apresentados.

Nota 2: Não há dados para a Divisão 19 (Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis) em 2004.

Os subsetores da Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis (Divisão 19), Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos (Divisão 20) e Fabricação de outros produtos minerais não metálico (Divisão 23), mas sobretudo o subsetor das Indústrias metalúrgicas de base (Divisão 24), apresentam um aumento exuberante da produtividade real no período 2013-2022.

Noutras situações observam-se aumentos modestos ou mesmo negativos da produtividade real. Um exemplo de um aumento modesto, em particular no período 2013-2022, é o do subsetor da Fabricação

de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis (Divisão 29), o qual tem uma importância direta e indireta no emprego e na atividade produtiva bastante elevada. O aumento real da produtividade neste subsetor foi de 5,9%, bastante inferior ao apurado para o conjunto das Indústrias transformadoras (C).

Por seu lado, os subsectores da Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas (Divisão 21) e Fabricação de equipamento elétrico (Divisão 27) destacam-se por apresentarem variações negativas da produtividade real nos dois períodos em análise.

Os dados apresentados até agora permitem responder à segunda pergunta e, de certa forma, aprofundá-la. A produtividade para o conjunto da economia conheceu um aumento real meramente marginal, quando se comparam os anos de 2004 e 2022. No entanto, se o ponto de referência for o ano de 2013, essa conclusão já não é válida, tendo em consideração que a produtividade real aumentou cerca de 19%. Estas tendências mais gerais são acompanhadas por dinâmicas setoriais e intrasetoriais bastante diversificadas, que foram identificadas nesta secção analítica.

5.3 O EMPREGO E A PRODUTIVIDADE SETORIAL EM 2022

A análise que a seguir se irá empreender terá como objetivo responder à terceira questão colocada no início deste ponto, ou seja, como se distribui setorialmente o emprego tendo em conta a produtividade das diferentes atividades económicas?

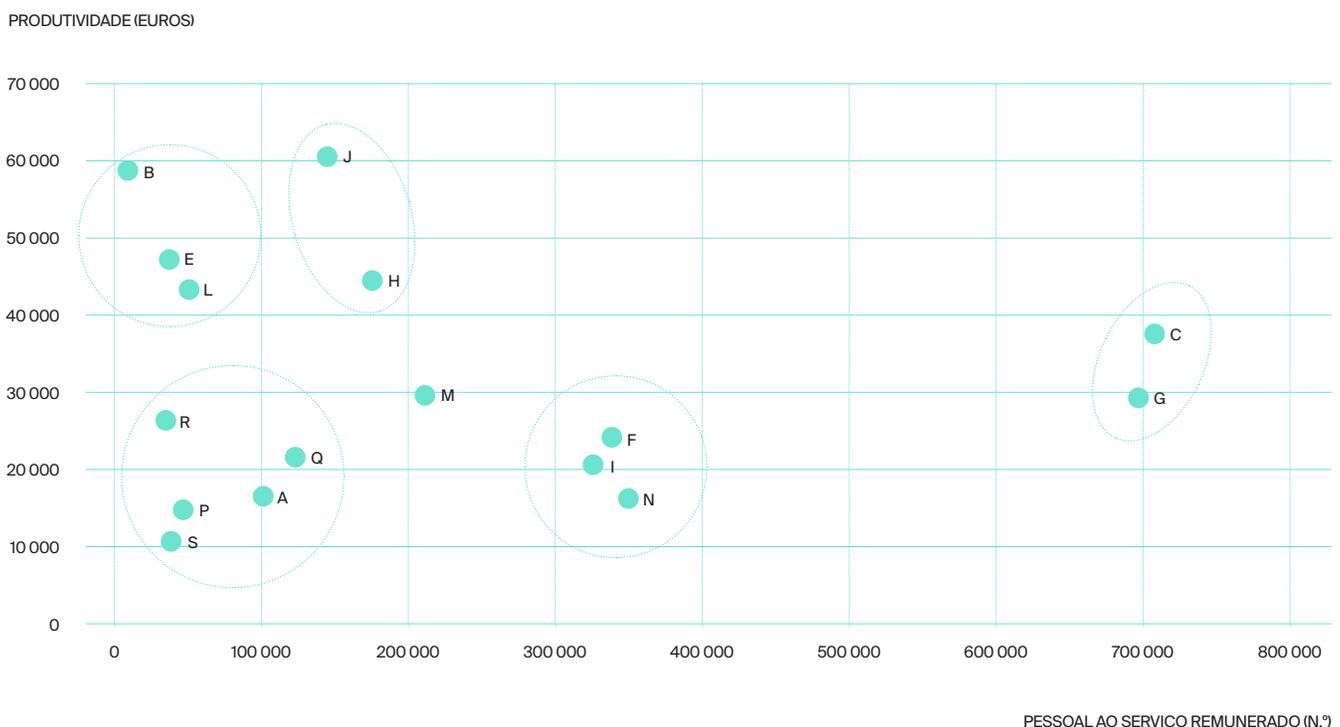
As figuras 9 e 10 retratam a relação entre a produtividade setorial e intrasetorial, respetivamente, e o volume de emprego – medido pelo indicador “pessoal ao serviço remunerado nas empresas”. Quando se correlacionam as variáveis “pessoal ao serviço remunerado nas empresas” e “produtividade aparente do trabalho”, por atividade económica, encontram-se cinco grandes grupos ou perfis setoriais:

- as atividades económicas com uma elevada produtividade e um baixo peso no volume de emprego, nomeadamente a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D)⁹, as Indústrias extrativas (B) e a Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição (E);
- as atividades económicas com uma elevada produtividade e níveis intermédios de emprego, nomeadamente as Atividades de informação e comunicação (J) e os Transportes e armazenagem (H);

⁹ Este setor não foi incluído na Figura 9 devido ao facto de o valor que apresenta para a produtividade ser muito elevado e, por isso, dificultar a leitura da mesma.

- as atividades económicas com níveis de emprego elevados e com níveis de produtividade em linha ou um pouco acima da média nacional, nomeadamente o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e as Indústrias transformadoras (C);
- as atividades económicas com valores tendencialmente reduzidos para os dois indicadores em causa, nomeadamente as Outras atividades de serviços (S), a Educação (P), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), as Atividades de saúde humana e apoio social (Q) e as Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (R) – este com níveis de produtividade próximos da média para o conjunto da economia;
- as atividades económicas com baixa produtividade e níveis de emprego intermédios, nomeadamente as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), o Alojamento, restauração e similares (I) e a Construção (F).

Figura 9. Produtividade aparente do trabalho e pessoal ao serviço remunerado nas empresas, por atividade económica, Portugal (2022) (N.º e €)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). [Produtividade aparente do trabalho nas empresas](#); [Pessoal ao serviço remunerado nas empresas](#).

Nota: Não se inclui nesta figura informação para o setor D (Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio), devido ao facto de o valor que apresenta para o indicador de produtividade (243 371€) ser muito superior ao das demais atividades económicas. Caso fosse incluído na figura, retiraria leitura aos dados expostos.

Os subsectores da indústria transformadora com níveis de produtividade abaixo da média do setor representavam cerca de 2/3 (65%) do emprego remunerado nesse setor

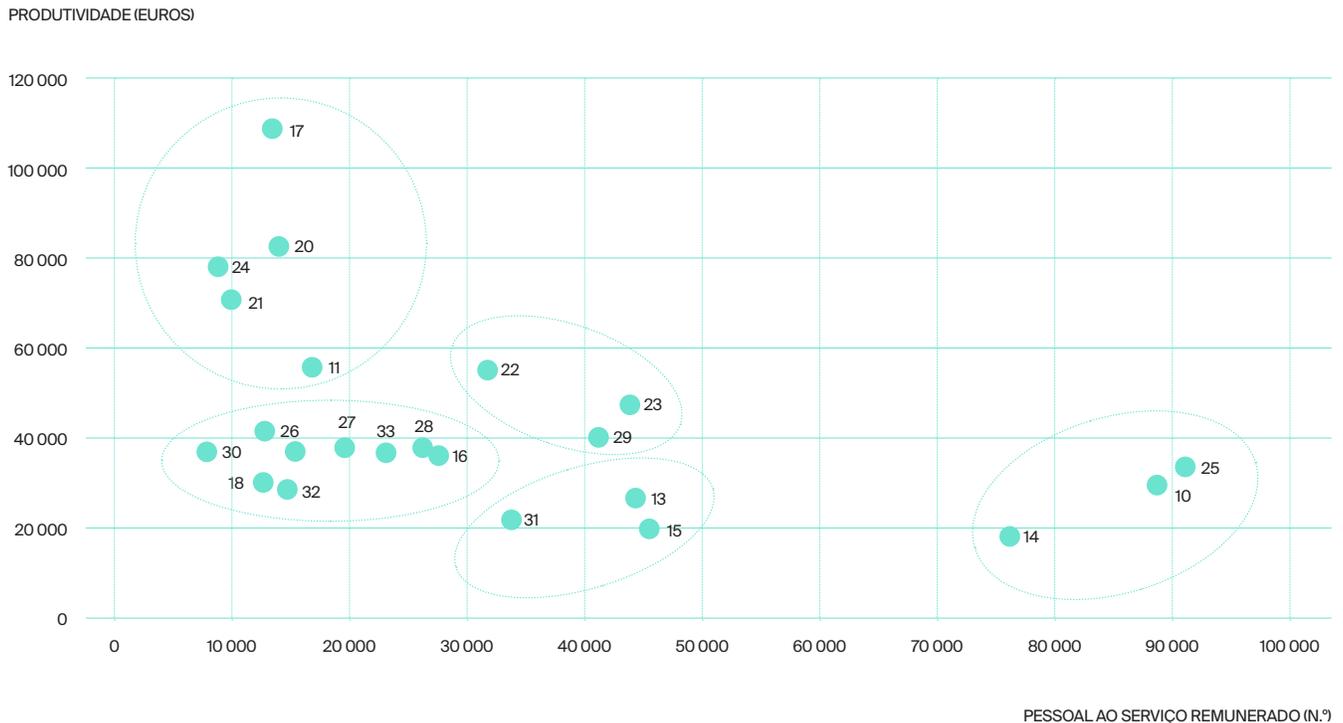
Como se referiu, o setor das Indústrias transformadoras é bastante heterogéneo, pelo que importa analisar mais detalhadamente os seus subsectores de acordo com os dois indicadores utilizados na figura anterior – nível estatístico Divisão. Tal como é possível observar na Figura 10, também no setor das Indústrias transformadoras é possível divisar cinco grupos ou perfis – neste caso, subsectorais – quando se correlacionam as variáveis “pessoal ao serviço remunerado nas empresas” e “produtividade aparente do trabalho”.

A maior parte dos subsectores das Indústrias transformadoras emprega menos de 30 mil pessoas e apenas em três deles o volume de pessoal ao serviço remunerado é superior a 70 mil pessoas. Os cinco subsectores com níveis de produtividade mais elevados que constam da Figura 10 (canto superior esquerdo), mais a Indústria do tabaco (Divisão 12) e a Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis (Divisão 19),¹⁰ representam apenas 9,3% do emprego remunerado nas Indústrias transformadoras.

Por seu lado, os subsectores com níveis de produtividade abaixo da média do setor representavam cerca de 2/3 (65%) do emprego remunerado nas Indústrias transformadoras. A Indústria do vestuário (Divisão 14) é o segundo subsector das Indústrias transformadoras que mais emprega (76,3 mil pessoas) e o que regista a menor produtividade (18 563€). Entre os subsectores cuja produtividade se situa acima da média do setor, aqueles que mais empregam são o da Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (Divisão 23) e o da Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis (Divisão 29).

¹⁰ Não se inclui nesta figura informação para a Divisão 12 (Indústria do tabaco) e 19 (Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis) devido ao facto de o valor que apresentam para a produtividade ser muito elevado e, por isso, dificultar a leitura da mesma.

Figura 10. Produtividade aparente do trabalho e pessoal ao serviço remunerado nas empresas nas indústrias transformadoras, por atividade económica (Divisão), Portugal (2022) (N.º e €)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). Produtividade aparente do trabalho nas empresas; Pessoal ao serviço remunerado nas empresas.

Nota: Não se inclui nesta figura informação para a Divisão 12 (Indústria do tabaco) e 19 (Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis), cujos níveis de produtividade se situam bastante acima das restantes. Nesse sentido, a sua inclusão prejudicaria a leitura da figura.

5.4 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO E SUA RELAÇÃO COM A PRODUTIVIDADE SETORIAL

A quarta questão enunciada visa analisar as dinâmicas de especialização da economia do país, medidas através da evolução setorial do emprego e da sua relação com o nível de produtividade das atividades económicas. Seguindo a pista de outros estudos (Reis, 2023; Reis et al., 2022; Caldas, Alves & Cantante, 2020),¹¹ pretende-se correlacionar a evolução do emprego e a criação setorial de riqueza (medida através da produtividade aparente do trabalho).

¹¹ Reis, J. (2023). Os cinco trabalhos de uma periferia europeia: a economia portuguesa em tempos convulsos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 130, 101-126. <https://doi.org/10.4000/rccs.14466>; Reis, J., Drago, A., & Almeida, J. R. (2022). *Especialização produtiva e salários: propostas para qualificar Portugal*. Gulbenkian Briefs N.º 3, Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/09/6_FF_PolicyBrief_SalarioMedio_CES_pt-2.pdf; Caldas, J. C., Silva, A. A., & Cantante, F. (2020). *As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição*. CoLABOR. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3954400>

As atividades económicas que mais contribuíram para a criação de emprego no período 2004-2022 tendem a registar níveis de produtividade comparativamente baixos, casos das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N) e do Alojamento, restauração e similares (I). Juntos, estes dois setores representam metade do aumento líquido de emprego

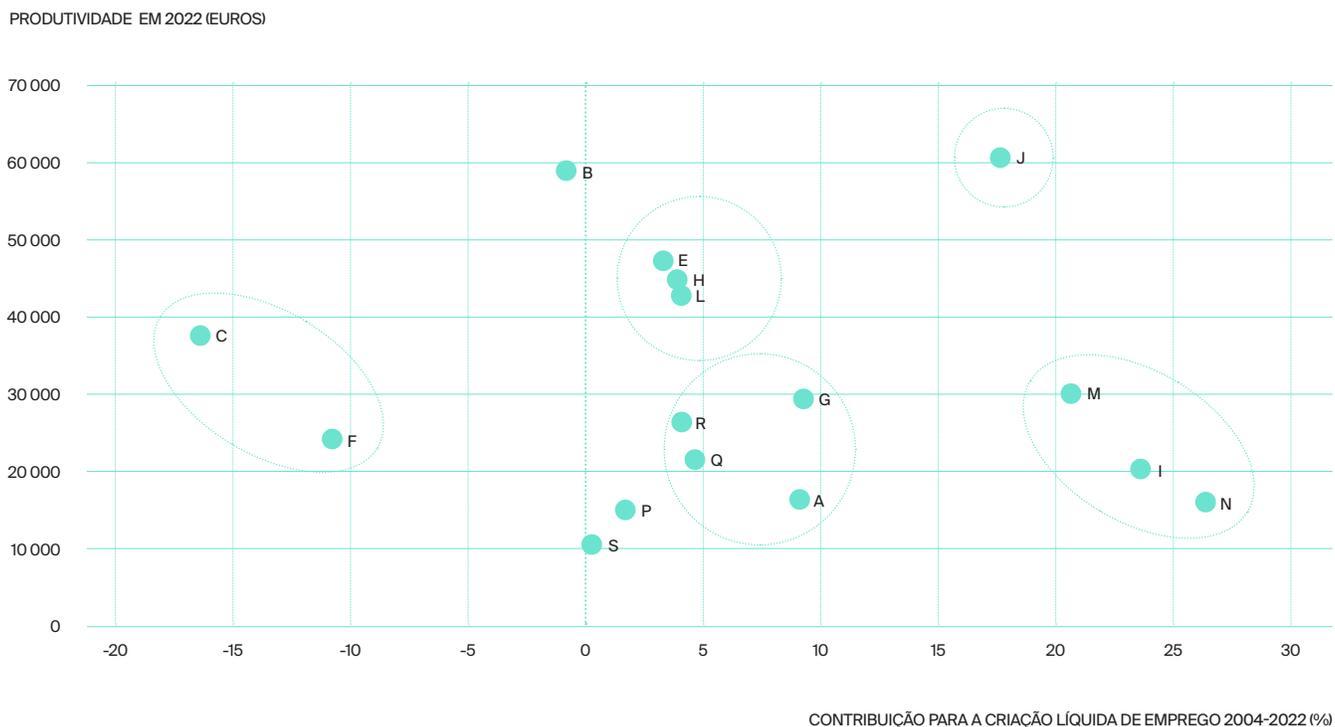
Para tal comparar-se-á a contribuição de cada atividade económica para a variação do pessoal ao serviço remunerado nas empresas para os períodos 2004-2022 e 2013-2022, tendo em consideração a produtividade aparente do trabalho em 2022. Como já foi anteriormente referido, o primeiro período, mais longo, tem como momento inicial o ano que marca o alargamento a leste da UE – facto que, juntamente com a introdução do Euro e a entrada da China na OMC, colocou desafios agudos à economia portuguesa e à competitividade de alguns setores de atividade; o período 2013-2022, mais curto, que capta a evolução do emprego no período de recuperação económica e do emprego que se seguiu à Grande Recessão.

A Figura 11 demonstra que as atividades económicas que mais contribuíram para a criação de emprego no período 2004-2022 tendem a registar níveis de produtividade comparativamente baixos, casos das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N) e do Alojamento, restauração e similares (I). Juntos, estes dois setores representam metade do aumento líquido de emprego quando se comparam os anos de 2004 e 2022.

As Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M) – cuja produtividade está em linha com o valor médio deste indicador para o conjunto da economia – é o terceiro setor que mais contribuiu para a criação líquida de emprego no período em análise. Por seu lado, as Atividades de informação e de comunicação (J) é o quarto setor que mais contribuiu para a criação líquida de emprego.

Entre os setores que mais peso tiveram na criação de emprego no intervalo temporal de quase duas décadas em causa na Figura 11, as Atividades de informação e de comunicação distinguem-se pelo facto de registarem elevados níveis de produtividade, no contexto da economia portuguesa. Por essa razão, promover-se-á mais à frente uma análise mais desagregada acerca deste setor.

Figura 11. Contributo setorial para a variação do pessoal ao serviço remunerado nas empresas (2004-2021) e produtividade aparente do trabalho (2022), por atividade económica, Portugal (% e €)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). [Produtividade aparente do trabalho nas empresas](#); [Pessoal ao serviço remunerado nas empresas](#).

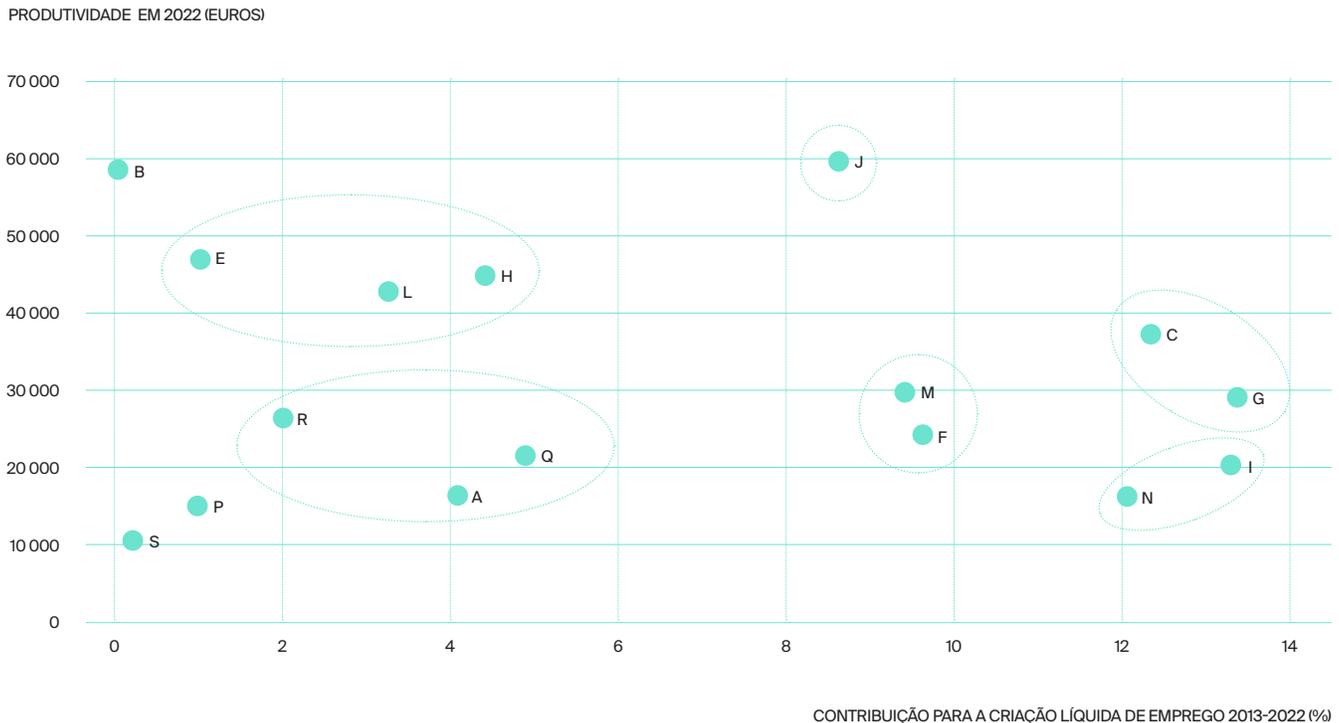
Nota 1: Não se inclui nesta figura informação para o setor D (Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio), devido ao facto de o valor que apresenta para o indicador de produtividade (243 371€) ser muito superior ao das demais atividades económicas. Caso fosse incluído na figura, retiraria leitura aos dados expostos.

Importa também destacar o relevo que quer o setor primário (A), quer o Comércio (G) tiveram na criação líquida de emprego no período em análise – sendo que o primeiro tem uma produtividade baixa, enquanto o segundo regista uma produtividade em linha com a média apurada para o conjunto da economia.

Por último, importa destacar dois setores que contribuiram negativamente para a evolução do emprego: as Indústrias transformadoras (C) – que no seu conjunto têm níveis de produtividades acima da média nacional – e a Construção (F) – que regista uma produtividade inferior à média nacional.¹²

¹² As indústrias extrativas (B) também tiveram um crescimento negativo, mas o seu peso no volume de emprego e o seu contributo na criação líquida de emprego são bastante reduzidos.

Figura 12. Contributo setorial para a variação do pessoal ao serviço remunerado (2013-2021) e produtividade aparente do trabalho (2022), por atividade económica, Portugal (% e €)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Sistema de contas integradas das empresas). Produtividade aparente do trabalho nas empresas; Pessoal ao serviço remunerado nas empresas.

Nota 1: Não se inclui nesta figura informação para o setor D (Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio), devido ao facto de o valor que apresenta para o indicador de produtividade (243 371€) ser muito superior ao das demais atividades económicas. Caso fosse incluído na figura retira, retiraria leitura aos dados expostos.

A Figura 12 encurta o arco temporal em análise e pretende comparar a situação do emprego entre o ano em que o desemprego atingiu o seu valor mais alto nas últimas décadas e o PIB real conheceu o seu valor mais baixo desde 2001 (2013) e o último ano para o qual há informação disponível do Sistema de Contas Integradas das Empresas (2022). As principais conclusões que é possível extrair da análise desta figura são as seguintes:

- o contributo para a criação líquida de emprego entre 2013 e 2022 tem uma distribuição setorial mais equilibrada em comparação com o período 2004-2022;
- ainda assim, continua a existir um contributo acentuado de atividades económicas com baixa produtividade para a criação líquida de emprego (setores N, I e F) – juntas representam 35% desse aumento;

- o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M) e as Indústrias transformadoras (C), que registam uma produtividade em linha ou acima (caso das indústrias transformadoras) da média nacional, contribuíram também em 35% para o emprego líquido criado;
- as Atividades de informação e de comunicação (J), que têm uma produtividade bastante acima da média nacional, contribuíram em cerca de 9% para o emprego líquido criado entre 2013 e 2022.

Um dos aspetos mais salientes que emerge da análise das figuras anteriores prende-se com a singularidade do setor das Atividades de informação e de comunicação (J). Apesar de, em 2022, ter ainda um peso modesto no emprego remunerado em Portugal, as Atividades de informação e de comunicação são simultaneamente uma das atividades económicas que mais tem contribuído para a criação líquida de emprego em Portugal, um setor com níveis de produtividade bastante acima da média nacional – cerca do dobro –, mas também um dos que regista uma queda mais acentuada da produtividade nos dois períodos em análise. O aumento do emprego neste setor foi sobretudo espoletado pelas atividades de Consultoria e programação informática e atividades relacionadas (Divisão 62): 13 19 690 pessoas ao serviço remuneradas em 2004, 39 557 em 2013 e 98 916 em 2022. Este subsetor representou cerca de 83% do emprego líquido criado nas Atividades de informação e de comunicação, entre 2013 e 2022, e abrangia, neste último ano, cerca 2/3 do pessoal ao serviço remunerado desde setor. O facto de a produtividade deste subsetor se situar abaixo da média das Atividades da informação e da comunicação (46 441€ para 60 391€), e tendo em conta o seu crescente peso relativo, permite explicar, pelo menos em parte, a diminuição da produtividade setorial média. Importa, no futuro, explorar de forma mais profunda e compreensiva esta tendência e as suas causas.

¹³ Este subsetor engloba as Atividades de programação informática, as Atividades de consultoria em informática, a Gestão e exploração de equipamento informático e Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática.

6. A evolução setorial dos salários e da produtividade no pós-Grande Recessão

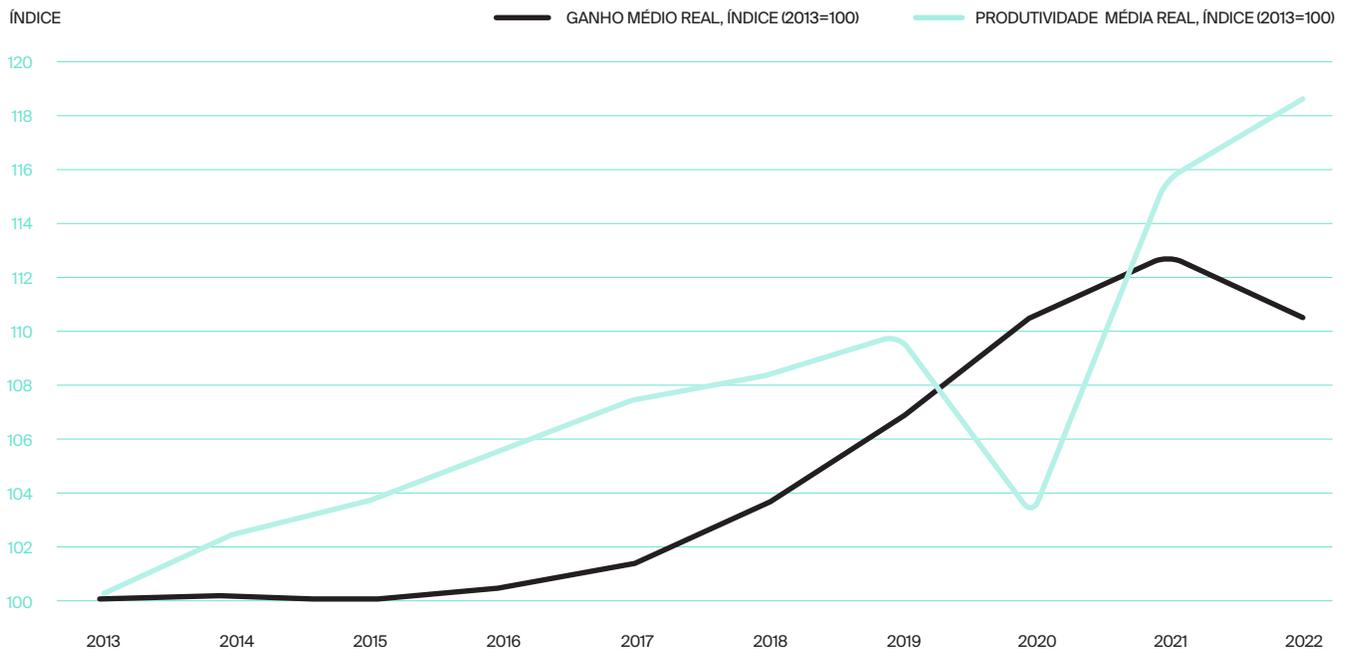
Neste ponto pretende-se analisar a evolução dos salários e da produtividade nos diferentes setores de atividade no período 2013-2022. O principal objetivo desta análise é o de medir e comparar os ritmos de evolução destes dois indicadores nos vários setores de atividade, num período relativamente curto de tempo, mas no qual, como se demonstrou anteriormente, ocorreram várias recomposições do emprego e variações da produtividade.

Os dados da produtividade utilizados são extraídos do Sistema de Contas Integradas das Empresas e serão articulados com a informação referente ao ganho médio mensal bruto dos trabalhadores por conta de outrem que trabalham a tempo completo e têm remuneração base completa, referente ao mês de outubro de cada ano, indicador que tem como fonte os Quadros de Pessoal. Os dados da produtividade referem-se ao conjunto do país, enquanto os do ganho dizem respeito apenas a Portugal continental.

A Figura 13 permite observar que, desde 2013, o ganho médio real dos trabalhadores evoluiu abaixo da produtividade real, com exceção do verificado em 2020, ano em que a pandemia da COVID-19 teve impactos económicos mais pronunciados. O valor do ganho médio real praticamente não se alterou até 2017, tendo nos anos seguintes, até 2021, conhecido um aumento significativo. Em 2022, observou-se uma redução do valor do ganho médio mensal real, devido ao facto de o aumento da inflação ter suplantado o aumento nominal deste indicador remuneratório. Pelo contrário, a produtividade real aumentou nesse ano. O ganho médio real aumentou 10,6% entre 2013 e 2022, enquanto a produtividade real apreciou-se 18,7%. Ou seja, o período posterior à Grande Recessão foi sobretudo marcado por um desajustamento entre a evolução dos salários e da produtividade, tendência que Alexandre (2023)¹⁴ já tinha identificado para um período de tempo mais amplo (1995-2021), e tendo como referência dados da produtividade (por hora trabalhada) extraídos das Contas Nacionais.

¹⁴ Alexandre, F. (2023). *Parecer de iniciativa sobre a produtividade e qualidade do emprego*. CES. https://ces.pt/wp-content/uploads/2023/10/Aprovado-em-Plenar-io_Parecer-Produtividade.pdf

Figura 13. Ganho médio mensal ilíquido real e produtividade média anual real (base=2016), em Portugal (2013-2022) (índice)



Fonte: DataLABOR, fontes primárias: INE (Sistema de contas integradas das empresas) e GEP/MTSSS (Quadros de Pessoal). Produtividade aparente do trabalho nas empresas; Ganho médio mensal; Índice de preços no consumidor (base=2016). Cálculos próprios.

A figura anterior demonstra que na última década o salário médio tem crescido abaixo da produtividade média. Interessa agora detalhar esta tendência do ponto de vista setorial e medir a esse nível os hiatos entre a variação dos dois indicadores em causa. A taxa de variação da produtividade média real entre 2013 e 2022 foi de 18,7%, 8,1 p.p. acima da evolução do ganho médio real. Tal como se demonstra na Tabela 2, esse hiato entre o crescimento da produtividade e dos salários é particularmente agudo no setor do Alojamento, restauração e similares (I), das Atividades imobiliárias (L), da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) e do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas (G). Apesar da tendência de aumento real dos salários reais e da produtividade real no período em análise, algumas atividades económicas conheceram uma diminuição de pelo menos um desses indicadores.

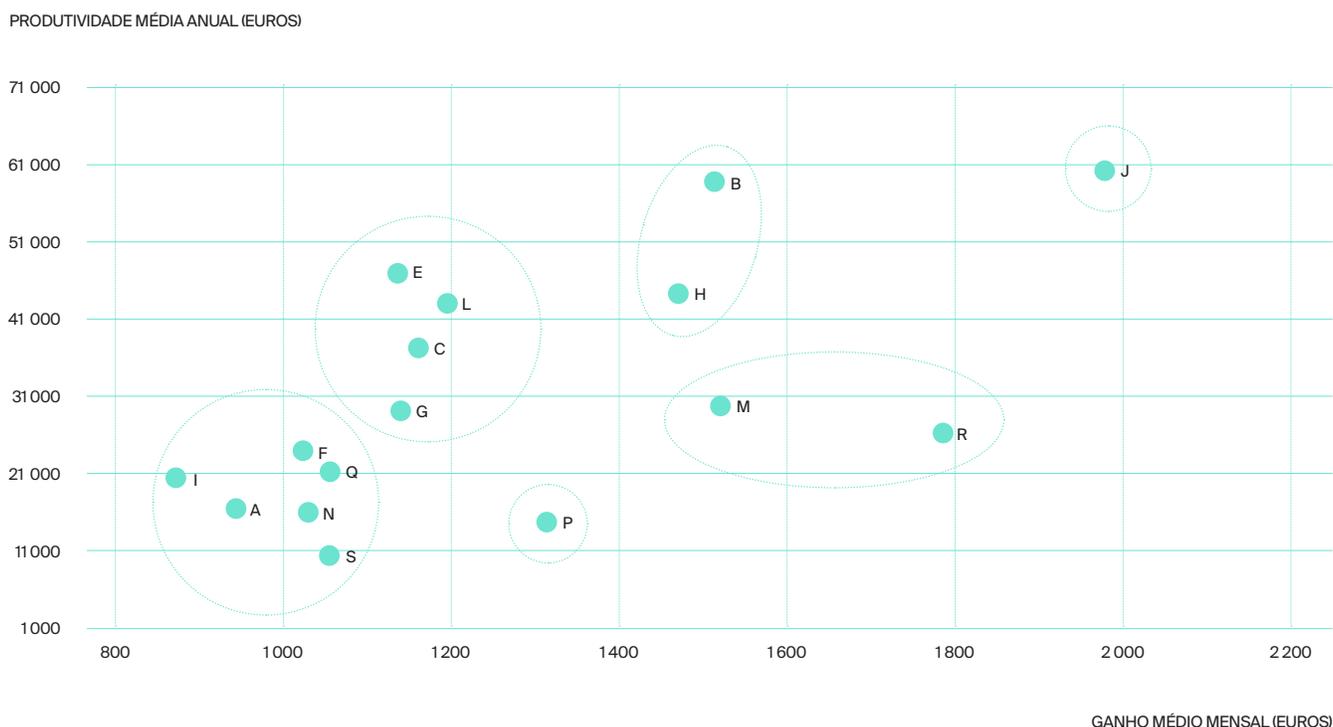
O ganho médio real aumentou 10,6% entre 2013 e 2022, enquanto a produtividade real apreciou-se 18,7%

Tabela 2. Variação da produtividade média anual real e do ganho médio mensal líquido real (base=2016), por atividade económica, Portugal (2013-2022) (% e p.p.)

	Produtividade (%)	Ganho (%)	Diferença (p.p.)
Total	18,7	10,6	8,1
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A)	43,8	18,6	25,2
Indústrias extrativas (B)	19,8	23,7	-3,9
Indústrias transformadoras (C)	26,8	15,6	11,2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D)	-56,2	-7,5	-48,7
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (E)	-6,4	4,0	-10,5
Construção (F)	23,8	5,2	18,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G)	35,8	11,7	24,1
Transportes e armazenagem (H)	-1,6	9,1	-10,7
Alojamento, restauração e similares (I)	54,7	19,4	35,3
Atividades de informação e de comunicação (J)	-9,1	7,9	-17,0
Atividades imobiliárias (L)	43,4	8,6	34,8
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M)	22,5	11,3	11,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N)	16,4	12,3	4,1
Educação (P)	13,7	5,8	7,8
Atividades de saúde humana e apoio social (Q)	2,2	11,2	-9,0
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (R)	27,9	8,5	19,4
Outras atividades de serviços (S)	12,1	10,3	1,8

Fonte: DataLABOR, fontes primárias: INE (Sistema de contas integradas das empresas) e GEP/MTSSS (Quadros de Pessoal). Produtividade aparente do trabalho nas empresas; Ganho médio mensal; Índice de preços no consumidor (base=2016). Cálculos próprios.

Figura 14. Ganho médio mensal líquido real e produtividade média anual real (base=2016), por atividade económica, Portugal (2022) (€)



Fonte: DataLABOR, fontes primárias: INE (Sistema de contas integradas das empresas) e GEP/MTSSS (Quadros de Pessoal). [Produtividade aparente do trabalho nas empresas](#); [Ganho médio mensal](#).

Da interseção do ganho médio e da produtividade média emergem perfis setoriais específicos. A Figura 14 permite observar que os níveis salariais médios das atividades económicas tendem a correlacionar-se positivamente com a sua produtividade, embora de forma não linear. Nela é possível discernir, para a interseção do valor dos salários e da produtividade, vários perfis setoriais – apesar das fronteiras serem claramente porosas. Entre eles, devido ao peso que assumem no emprego (cerca de 81% do pessoal ao serviço remunerado), importa destacar dois:

- as atividades económicas que se caracterizam por registarem, simultaneamente, valores baixos para o ganho médio e para a produtividade média. É um perfil com alguma heterogeneidade, no sentido em que inclui a Construção (F), as atividades do setor primário (A) e um conjunto de atividades do setor terciário, em particular o Alojamento, restauração e similares (I), as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), as Atividades de saúde humana e apoio social (Q), e as Outras atividades de serviços (S). No seu conjunto, estes setores representam 37,5% do pessoal ao serviço remunerado nas empresas.

- as atividades económicas em que o ganho médio mensal é um pouco superior aos do perfil anterior, mas ainda assim inferior à média nacional (1368€, em 2022), e cujos níveis de produtividade estão em linha ou acima da média nacional: Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G), Indústrias transformadoras (C), Atividades imobiliárias (L), e Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (E). No seu conjunto, estes setores representam 43,8% do pessoal ao serviço remunerado nas empresas.

Entre os outros perfis identificados na Figura 14, importa destacar novamente o setor das Atividades de informação e de comunicação (J), pelo facto de aliar uma produtividade média que representa cerca do dobro da média nacional a um ganho médio próximo dos 2 000€ – um valor bastante acima do apurado para o conjunto da economia.

7. Reflexões finais

A análise efetuada pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento do perfil de emprego e de especialização produtiva da economia portuguesa. Há várias evidências aqui sublinhadas que se afiguram como características estruturais já identificadas noutros estudos, nomeadamente: a baixa produtividade média, o contributo muito significativo de setores pouco produtivos para o aumento líquido do emprego, o elevado hiato produtivo em relação ao conjunto de países da UE-27, e a evolução dos salários abaixo da produtividade.

A estas conclusões é possível acrescentar outras e/ou complementar essas conclusões com evidências adjacentes. Desde logo, a identificação de padrões de evolução diferenciados entre setores estruturalmente próximos. Veja-se o caso dos setores do Alojamento, restauração e similares (I) e das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), que se caracterizam simultaneamente pelos níveis de produtividade e salariais baixos no contexto nacional. No entanto, por um lado, enquanto naquele setor a produtividade média real e o salário médio real aumentaram de forma significativa nos últimos anos, no setor N essa evolução foi relativamente próxima do apurado para o conjunto da economia. Por outro, o diferencial entre a evolução da produtividade e dos salários foi muito superior naquele primeiro setor do que neste.

Outra realidade setorial que importa analisar com detalhe prende-se como as Atividades de informação e de comunicação (J). Este setor apresenta singularidades bastante marcadas no contexto da economia portuguesa, no sentido em que é o único que, simultaneamente, apresenta níveis salariais e de produtividade bastante acima da média nacional e tem contribuído, de forma significativa, para a criação líquida de emprego. Há setores em que a produtividade e o ganho médio são mais elevados, mas essas atividades económicas têm uma expressão quase marginal no emprego. O setor J é, neste sentido, um setor duplamente virtuoso: tem ao mesmo tempo gerado emprego numa quantidade expressiva para a realidade nacional, remunera bastante acima da média e apresenta níveis de produtividade que duplicam a média nacional. No entanto, a produtividade média neste setor tem vindo a recuar, devido, entre outros fatores que importaria explorar, ao facto de o subsetor que mais contribuiu para o aumento do emprego (as atividades de Consultoria e programação informática e atividades relacionadas) registar níveis de produtividade inferiores à média setorial – mas, ainda assim, cerca de 50% acima da média nacional.

Este tipo de análise subsetorial é um exercício fundamental para se analisarem, de forma mais fina, os perfis produtivos e de emprego das atividades económicas, devido às múltiplas heterogeneidades que se deslindam à escala da Divisão. Neste estudo promoveu-se este tipo de aprofundamento em relação ao setor das Indústrias transformadoras (C). Uma das conclusões que se retirou desta análise foi a de que os subsetores mais produtivos têm um peso bastante diminuto no emprego total das Indústrias transformadoras e que cerca de 2/3 do emprego concentra-se em subsetores com uma produtividade média abaixo da média setorial. Do ponto de vista da evolução da produtividade média, encontram-se também realidades diversas. Há subsetores cujos níveis de produtividade aumentaram de forma muito pronunciada nos últimos anos, outros em que essa evolução tem uma expressão comparativamente diminuta. É possível discernir algumas atividades industriais tradicionais, como as Indústria do vestuário (Divisão 14) e da Fabricação de obras de cestaria e de espartaria (Divisão 16), ou atividades industriais “pesadas”, com uma implantação já duradora no tecido produtivo nacional, como as Indústrias metalúrgicas de base (Divisão 24). Noutros casos, a evolução da produtividade tem ficado aquém do desempenho para o conjunto do setor – a este nível, importa destacar o subsetor da Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis (Divisão 29), o qual tem uma importância direta e indireta na atividade produtiva e na economia nacional bastante elevada.

A análise desenvolvida permite medir um conjunto de tendências que têm marcado a evolução do emprego e da economia nacional, através do mapeamento integrado de perfis setoriais de emprego, de produtividade e de remuneração. Sendo um exercício de diagnóstico, devedor de aprofundamentos em alguns aspetos, a análise efetuada pretende ser um contributo para a reflexão estratégica acerca da economia portuguesa e do seu perfil de especialização.

FREDERICO CANTANTE (1980) é licenciado em Sociologia e Planeamento (ISCTE-IUL) e em Direito (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) e doutorado em Sociologia (ISCTE-IUL). É investigador, coordenador de equipa e presidente do conselho científico do CoLABOR. É professor convidado do ISCTE-IUL. A sua investigação tem consistido principalmente no estudo das desigualdades económicas e sociais e do mercado de trabalho. É autor do livro *O risco da desigualdade* (Almedina). Foi agraciado, em 2019, com o Prémio António Dornelas, atribuído pelo MTSSS.

Emprego, produtividade e salários: uma perspetiva setorial

Este estudo analisa de forma articulada a evolução do emprego, da produtividade e dos salários em Portugal a partir de uma perspetiva setorial e comparada. Demonstra-se que a crescente terceirização do emprego tem sido impulsionada por alguns setores que se caracterizam por apresentar baixos níveis de produtividade e salários abaixo da média nacional. Analisa-se também a evolução da produtividade para o conjunto da economia e a nível setorial. Se para o período 2004-2022 o crescimento da produtividade é quase marginal (3,6%), entre 2013-2022 verifica-se um aumento de quase 19%. Esse aumento ocorre em setores com perfis salariais e de produtividade diferenciados. Entre 2013 e 2022, a produtividade média real evoluiu quase sempre acima do salário médio real, sendo esse hiato particularmente evidente no setor do Alojamento, restauração e similares (I), das Atividades imobiliárias (L), da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) e do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas (G).

CoLABOR
Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e
Proteção Social
Rua das Taipas, n.º 1, 1250-264 Lisboa
www.colabor.pt



O CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social é uma instituição de investigação científica reconhecida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que conta com uma equipa multidisciplinar de investigadores altamente qualificados. O CoLABOR tem quatro objetivos centrais: apoiar a conceção e reformulação de políticas nas suas áreas temáticas; capacitar as instituições, incluindo a administração pública, as empresas e as instituições do Terceiro Setor; qualificar o emprego, mediante a formação de quadros e a criação de emprego científico; contribuir para o debate público nas áreas do trabalho e da proteção social, através de formas de divulgação eficazes e inovadoras dos resultados da investigação que leva a cabo. O CoLABOR concretiza estes objetivos através de uma agenda ambiciosa de aprofundamento do conhecimento científico em torno de três eixos temáticos centrais: o trabalho e emprego; a proteção social e os equipamentos e respostas sociais. Nesta agenda, destacam-se as seguintes prioridades: o estudo dos impactos das novas tecnologias sobre o trabalho e a proteção social; a reflexão sobre a adequação e sustentabilidade de diferentes modelos de proteção social; e a avaliação de equipamentos e respostas sociais. Transversalmente a estas áreas temáticas, o CoLABOR desenvolve e mantém a DataLABOR, uma plataforma digital de sistematização, análise crítica, visualização de informação estatística e jurídica de âmbito internacional, nacional, regional e local nas áreas do trabalho, emprego e proteção social. Para desenvolver a sua atividade, o CoLABOR conta com o apoio dos seus associados, onde se contam diversas instituições universitárias e de investigação, instituições do Terceiro Setor, empresas e um município. O financiamento do CoLABOR assenta num tripé composto por: financiamento basal público, financiamento competitivo e receitas provenientes da venda de produtos e da prestação de serviços.

